

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito da organização da administração pública e dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 51** Quando a administração pública, por motivo de oportunidade, revoga uma licença de construção concedida a particular, o ato revogatório produz efeitos retroativos à data da emissão da licença.
- 52** As autarquias, integrantes da administração indireta, possuem personalidade jurídica de direito público e patrimônio próprio, e exercem atividades típicas de Estado, sendo criadas por lei específica.

Em relação à gestão de pessoas por competências nas organizações públicas, julgue os itens que se seguem.

- 53** O mapeamento de competências nas organizações públicas deve focar primeiramente as competências individuais dos servidores e, posteriormente, alinhar essas habilidades aos objetivos estratégicos institucionais.
- 54** Ao identificar um *gap* de competências em um departamento, o setor de gestão de pessoas deve priorizar a substituição imediata dos servidores, visto que competências comportamentais são de difícil desenvolvimento interno.

No que concerne às tendências em gestão de pessoas no setor público, julgue os próximos itens.

- 55** Para a realização adequada da gestão do capital humano, as organizações públicas devem tratar servidores como parceiros ativos, investindo em conhecimentos e habilidades para impulsionar a inovação no serviço público.
- 56** Um tribunal de contas que visa promover a diversidade deve concentrar esforços na homogeneização cultural para reduzir conflitos interpessoais e facilitar a comunicação interna.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, relativos a licitações públicas.

- 57** Quando a empresa contratada para serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra opta pela modalidade de garantia de caução em dinheiro, o montante deve ser atualizado pelo índice de correção monetária previsto no contrato.
- 58** No pregão destinado à contratação de serviços de limpeza, a fase de julgamento das propostas deve preceder, em regra, a análise dos documentos de habilitação dos licitantes.
- 59** É dispensável a licitação para aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- 60** Em contrato de execução de obra pública, a variação do valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) enseja a imediata revisão contratual, para manter o equilíbrio econômico-financeiro da avença.

Acerca da classificação de materiais e da gestão de estoques, julgue os itens a seguir.

- 61** Conforme a metodologia da curva ABC, devem ser classificados na classe C os materiais mais críticos aos processos da organização e que demandem atenção especial da área de administração.
- 62** Entre os objetivos da classificação de materiais, incluem-se a catalogação, a simplificação, a especificação, a normalização, a padronização e a codificação de todos os materiais passíveis de estocagem na empresa.
- 63** Na gestão de estoques, o dimensionamento consiste em estabelecer níveis de estoque adequados para atender ao cliente interno, buscando-se equilíbrio entre os extremos de excesso e de insuficiência dos níveis de estoque.

A respeito de compras de recursos materiais, julgue os itens a seguir.

- 64** Nas compras públicas, o edital de licitação deverá conter, entre outros aspectos, a definição do objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação.
- 65** A responsabilidade da organização compradora em relação ao material comprado se encerra no momento em que o contrato de compra é celebrado oficialmente com o fornecedor.
- 66** A realização de pesquisas de fornecedores e de clientes internos e externos à organização é atribuição típica de seu setor de compras.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos aspectos de recebimento, armazenagem e distribuição de materiais.

- 67** Em empresas do ramo industrial, a paletização e o emprego de empilhadeiras proporcionam economia nas operações com cargas e maior rapidez na movimentação de materiais dentro de um armazém.
- 68** O leiaute do armazém deve ser definido na fase de operacionalização da armazenagem.
- 69** Considere que determinado material distribuído por uma organização tenha sido transportado por vários veículos até ser entregue ao cliente, tendo sido o transporte iniciado em trem, continuado em carreta, e finalizado em furgão. Nesse caso, é correto afirmar que a primeira mudança de veículo representa uma alteração de modal de transporte, e a segunda, um caso de transporte sucessivo.

Acerca de gestão patrimonial, julgue o seguinte item.

- 70** Suponha que um bem patrimonial de determinada organização tenha sido objeto de furto. Nesse caso, o número patrimonial que havia sido atribuído ao bem poderá, após sua baixa patrimonial, ser reutilizado para outro bem que venha a ser incorporado ao patrimônio da organização.

Julgue os itens seguintes, acerca das funções administrativas nas organizações públicas.

- 71** A função administrativa de controle consiste em orientar os subordinados sobre como executar as tarefas diárias e em comunicar-lhes novas metas.
- 72** Ao realizar a alocação de pessoal e de recursos materiais entre os departamentos de uma organização pública para melhorar a eficiência, o gestor pratica a função administrativa de organização.

Em relação ao planejamento estratégico e ao BSC (*balanced scorecard*), julgue os próximos itens.

- 73** Uma autarquia pode utilizar indicadores financeiros no BSC para monitorar a eficiência orçamentária, visando assegurar que os recursos públicos sustentem a entrega de serviços.
- 74** A seguinte declaração pode representar corretamente a visão organizacional do TCE/RN: "Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade".

Julgue os itens que se seguem, referentes aos tipos de departamentalização, ao comportamento organizacional, às competências interpessoais e ao gerenciamento de conflitos nas organizações públicas.

- 75** O gestor pode valer-se da reestruturação organizacional, como intervenção estrutural, para reduzir conflitos crônicos entre departamentos, redistribuindo entre eles recursos e atribuições.
- 76** O servidor que utiliza a comunicação assertiva e o *feedback* construtivo em colegiados técnicos mitiga barreiras defensivas, promovendo a aprendizagem organizacional e a inovação.
- 77** Considere que uma prefeitura organize suas secretarias com base na localização geográfica das unidades de atendimento. Nesse caso, adota-se a departamentalização funcional, cujo objetivo é aproximar os serviços aos cidadãos.
- 78** De acordo com os princípios que regem a liderança situacional, o líder deve manter o mesmo comportamento de apoio para todos os colaboradores a ele subordinados, sejam eles experientes ou não.
- 79** O gestor público que desenvolve a empatia cognitiva e a escuta ativa reduz ruídos perceptivos, facilitando a convergência entre os objetivos individuais e os organizacionais.
- 80** Um nível moderado de conflito entre duas secretarias governamentais resultante de divergências em projetos técnicos pode ser produtivo e estimular a criatividade e a busca por melhores soluções.

Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca da composição e das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os itens a seguir.

- 81** O CNJ compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, e é presidido pelo presidente do STF.
- 82** Compete ao CNJ apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- 83** Os advogados que integram o CNJ são indicados pelo STF, sendo tal indicação ainda submetida à aprovação do Senado Federal.

João, servidor público da administração direta estadual, foi eleito vereador em seu município. Maria, também servidora pública estadual, foi eleita prefeita.

A respeito dos efeitos do exercício dos referidos mandatos eletivos sobre os vínculos de João e de Maria com a administração pública estadual, julgue os seguintes itens, com base nas disposições da CF.

- 84** Ao ser investida no mandato de prefeita, Maria poderá permanecer no exercício do cargo público, desde que opte pela remuneração correspondente ao mandato eletivo.
- 85** Caso haja compatibilidade de horários entre o cargo público e o mandato eletivo, João poderá perceber simultaneamente as vantagens de seu cargo público e a remuneração do cargo de vereador.

Julgue os itens a seguir, relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, aos direitos políticos e aos partidos políticos, de acordo com a CF.

- 86** A proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa do emprego, prevista na CF, depende de regulamentação por lei complementar, que deverá estabelecer, entre outros aspectos, indenização compensatória ao trabalhador.
- 87** A condenação criminal transitada em julgado enseja a suspensão dos direitos políticos do condenado enquanto durarem os efeitos da condenação, sendo vedada, nessa hipótese, a cassação desses direitos.
- 88** É assegurada a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras, desde que não haja subordinação a governo estrangeiro.

Conforme as disposições da CF relativas ao Ministério Público, à advocacia pública e à Defensoria Pública, julgue os itens subsequentes.

- 89** Por integrar a estrutura estatal e receber recursos do orçamento público, a Defensoria Pública não pode atuar judicialmente contra o ente federativo ao qual esteja vinculada, sob pena de afronta ao princípio da indisponibilidade do interesse público.
- 90** A CF assegura à advocacia pública a mesma autonomia funcional e administrativa conferida ao Ministério Público e à Defensoria Pública, em razão de sua qualificação como função essencial à justiça.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

- 91** O exercício do poder de polícia administrativa pode ocorrer independentemente de autorização judicial, desde que respeitados os limites legais e os direitos fundamentais.
- 92** O poder hierárquico permite à administração pública delegar e avocar competências, inclusive aquelas consideradas exclusivas do órgão ou da autoridade, desde que haja interesse público.
- 93** No exercício do poder regulamentar, o chefe do Poder Executivo é autorizado a editar atos normativos primários, podendo inovar livremente na ordem jurídica sempre que necessário à execução das leis.

No que se refere ao controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 94** O Poder Judiciário pode exercer controle sobre atos administrativos tanto no que concerne à legalidade quanto no que concerne ao mérito administrativo, podendo substituir a decisão administrativa por outra que considere mais adequada.
- 95** A administração pública pode anular seus próprios atos ilegais e revogar atos válidos por razões de conveniência e oportunidade.
- 96** Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de atos administrativos ilegais e, no caso de contratos administrativos, comunicar a irregularidade ao Congresso Nacional, a quem cabe adotar o ato de sustação.

Julgue os itens a seguir, relativos às entidades da administração pública indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista).

- 97** As sociedades de economia mista, por integrarem a administração indireta e prestarem serviços públicos, gozam das mesmas prerrogativas processuais da fazenda pública, como prazos em dobro e dispensa de preparo recursal.
- 98** As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista mantêm relação de hierarquia com seu respectivo ente instituidor, o qual pode intervir livremente em sua gestão.
- 99** As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado, submetendo-se integralmente ao regime jurídico das empresas privadas.
- 100** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com capacidade de autoadministração e sujeitas ao controle finalístico do ente que as tenha instituído.

Em junho de 2025, o tribunal de contas de determinado estado (TCE) celebrou contrato administrativo com a empresa W para a prestação contínua de serviços de limpeza predial em suas dependências, com dedicação exclusiva de mão de obra. O contrato previa a obrigatoriedade de a contratada cumprir integralmente suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais e fiscais, bem como continha cláusula expressa que condicionava o pagamento das faturas mensais à comprovação da quitação dos encargos trabalhistas relativos aos empregados vinculados à execução contratual. Durante a execução contratual, a fiscalização foi formalmente designada a uma servidora do TCE, incumbida de acompanhar a regularidade da prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada. No mês de fevereiro de 2026, a empresa W deixou de efetuar o pagamento dos salários de seus empregados alocados no contrato. A irregularidade foi identificada pela fiscalização contratual no início de março de 2026, após comunicação dos próprios trabalhadores. Diante da situação, a gestora do contrato notificou formalmente a empresa W para que regularizasse o pagamento dos salários em prazo razoável, tendo-a alertado da possibilidade de retenção de valores e demais consequências contratuais. Em resposta, a empresa W alegou dificuldades financeiras e afirmou que somente conseguiria quitar os salários em atraso após o recebimento da fatura correspondente aos serviços prestados ao TCE e sustentou, ainda, que a retenção de pagamento agravaria sua incapacidade de adimplir as obrigações trabalhistas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 101** A retenção parcial do pagamento pela gestora contratual ante o inadimplemento salarial pela contratada configuraria enriquecimento ilícito da administração pública, pois houve a prestação do serviço.
- 102** Caso seja comprovado que a gestora do contrato agiu diligentemente ao fiscalizar e notificar a empresa W, o TCE não poderá ser responsabilizado subsidiariamente pelas verbas trabalhistas.
- 103** A responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais decorrentes da execução do contrato administrativo é, em regra, da empresa W.
- 104** Eventual falta de repasse de verbas pelo TCE à empresa W justificaria o não pagamento dos salários, hipótese em que ao órgão seria transferida a responsabilidade integral pelos encargos trabalhistas relativos ao contrato.
- 105** O TCE pode condicionar o pagamento à empresa W à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.

Em 2026, um órgão da administração pública federal celebrou contrato com a empresa Y para a prestação contínua de serviços de vigilância patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, em suas instalações.

Com base na Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens seguintes, referentes a aspectos relacionados à situação hipotética apresentada.

- 106** O termo de referência da contratação deve incluir a declaração do objeto, os critérios de seleção do fornecedor e os critérios de medição e pagamento.
- 107** Na fase de planejamento da contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, quando se tratar de renovação de vigência, é dispensável a elaboração de estudos técnicos preliminares.
- 108** Durante a execução contratual, o contratante poderá solicitar à contratada a substituição de um vigilante, direcionando a respectiva vaga para pessoa específica, sob o argumento de que a pessoa é mais qualificada.
- 109** No contrato em questão, haja vista o objeto ser a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, é obrigatória a exigência de garantia contratual.
- 110** É permitida a designação de um gestor do contrato, de um fiscal técnico e de um fiscal administrativo, todos com atribuições distintas, garantindo-se a adequada segregação de funções na fiscalização contratual.

Acerca da programação, da execução e do controle de recursos orçamentários e financeiros no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 111** A conformidade documental substitui os mecanismos de controle interno e externo, sendo suficiente para atestar a regularidade da gestão administrativa.
- 112** O empenho ordinário, por se destinar a despesas cujo montante não se pode determinar previamente, admite reforços ao longo do exercício financeiro, desde que respeitado o limite da dotação orçamentária.
- 113** As despesas de exercícios anteriores devem ser pagas exclusivamente por meio de dotações criadas especificamente para esse fim, sendo vedada a utilização de recursos do orçamento corrente.
- 114** A guia de recolhimento da União (GRU), no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), é documento hábil para registro da arrecadação de receitas da União, podendo ser utilizada tanto para recolhimentos espontâneos quanto para devoluções de valores ao erário.
- 115** Os sistemas de informações utilizados na gestão orçamentária e financeira são essenciais para a transparência da gestão pública e para o exercício do controle social, na medida em que permitem o registro, o acompanhamento e a divulgação dos atos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- 116** O suprimimento de fundos consiste em adiantamento concedido a servidor para realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, devendo sua utilização observar hipóteses restritas.

A respeito da retenção e do recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue os itens a seguir.

- 117** A administração pública, ao realizar pagamentos por serviços contratados, está dispensada de efetuar retenções tributárias quando o contratado comprovar regularidade fiscal perante os órgãos competentes.
- 118** A retenção de tributos na fonte pela administração pública decorre de obrigação legal imposta ao ente público na qualidade de responsável tributário, ainda que ele não seja o contribuinte direto do tributo.

O SIAFI é o sistema de registro da execução orçamentária, financeira e contábil da União, sendo o CPR um módulo desse sistema. Em relação ao SIAFI e ao CPR, julgue os itens seguintes.

- 119** O CPR permite o registro simultâneo de obrigações e de direitos no SIAFI, sendo vedada sua utilização para controle de restos a pagar.
- 120** No âmbito do SIAFI, as contas a pagar correspondem a obrigações já assumidas pela administração pública, decorrentes de despesas empenhadas, enquanto as contas a receber representam ingressos financeiros futuros.

Espaço livre